

# CONSERVAÇÃO INTEGRADA – CONCEITOS E DESAFIOS

por

Lucília Belchior\*

**Resumo:** O tema que nos propomos reflectir “Conservação Integrada – Conceitos e Desafios”, tem como base a investigação efectuada durante a elaboração Dissertação de Tese de Mestrado intitulada “Integração de Vestígios Arqueológicos no Centro Histórico de Beja. Contributo para a sua Conservação Integrada” apresentada à Universidade de Évora no ano de 2003.

Pensamos que este assunto continua e, de certo que continuará, a evidenciar motivo de grande cogitação e debate. A definição de conceitos, a delimitação de competências entre os diferentes organismos que zelam pelo nosso Património, a sua actuação no terreno, assim como o próprio futuro dos mesmos, são questões bastante pertinentes e que, em nossa opinião, devem chegar ao público com o intuito de tornar a sua actuação mais participativa.

Deste modo, tendo sido analisado o conceito de conservação integrada, é apresentada uma proposta de modelo, balizada numa investigação teórica (diversos documentos legislativos, nacionais e internacionais) e prática (alguns casos implementados em Portugal, mais especificamente, relativos aos vestígios arqueológicos em contexto urbano).

As conclusões deste estudo apontam para um determinado défice de consenso no que diz respeito à implementação do conceito e metodologias de conservação integrada. Foi igualmente detectada a falta de articulação entre os diversos agentes ligados, em Portugal, à intervenção patrimonial. Propõe-se, uma abordagem multifacetada da questão, que envolva, para além da efectiva integração urbanística dos vestígios, em particular e, restante contexto Patrimonial, em geral; a sua valorização, divulgação, assim como, uma constante atenção às questões de manutenção do espaço, monitorização e controle ambiental.

**Palavras-chave:** Património; conservação; metodologias.

**Abstract:** The theme that we propose for reflection: “Integrated Conservation – concepts and challenges”, have for basis the investigation that we have made for the dissertation intitled “Integration of Archaeological remains in the Historic Centre of Beja: A Contribution for their Integrated Conservation”(Master of Arts Dissertation in Conservation of the Architectonic and Natural Heritage, Universidade de Évora. October 2003).

We think that this subject certainly remains an important matter of cogitation and debate. The definition of concepts, the delimitation of competencies among the organisms that defend our heritage, their activity in the field and their expectations for the future, are pertinent questions that must reach public knowledge in order to make their action a more participative one.

This study includes the analysis of the concept of integrated conservation, presenting, at the same time, a model of this type of conservation, based on theoretical research (national and international legislation) and on practical cases belonging to the Portuguese context.

---

\* lbelchior@netvisao.pt

The conclusions indicate a certain lack of agreement concerning the implementation of the concept and methodologies of integrated conservation as well as a deficient articulation between the different agents related to the processes of conservation in Portugal. The study proposes a multifaceted approach, which may involve, besides the effective urban integration of the remains, the recognition of their value – through the inclusion in touristic itineraries and adequate publicity – and a constant attention to matters related to the maintenance of the protected area and to the environmental control.

**Key-words:** Heritage; conservation; methodologies.

“(...) Descobrir que o animal esteve, pelo rasto que ele deixou, não serve de nada a ninguém. Talvez sirva ao caçador. Mas descobrir onde o homem esteve, e como esteve, é descobrir. afinal a nossa própria temporalidade e a do nosso mundo cultural, dos nossos objectos, da nossa arquitectura, dos nossos espaços organizados. (...)” [ALARCÃO, 2000. 25]

Consoante o organismo, filosofia, ou linhas de acção, os conceitos vão-se alterando ao longo do tempo. Os conceitos de Conservação Integrada e de Monumento não escapam a estas alterações conceptuais. Os diversos organismos que actualmente têm como competência a protecção do Património possuem divergentes percepções do conceito de Conservação Integrada.

Quer a nível internacional quer a nível nacional, o conceito de Monumento tem-se vindo a alargar cada vez mais. Desta feita, temos que falar em conjunto e não em elemento isolado. Quando falamos de conjunto, não só abordamos o conjunto arquitectónico (incluindo elementos como azulejos, pinturas ou esculturas), mas também o conjunto histórico (urbano ou rural), paisagístico, ambiental, estético e cultural onde esse elemento se insere.

A questão da Conservação Integrada revela-se, pois, portadora de diversos enquadramentos tanto generalistas como particulares.

Ao observarmos os diversos documentos, os organismos e a situação do Património em Portugal chegamos à conclusão de que existem diversas lacunas. Estas, na sua maioria, dizem respeito às acções no terreno e ao processo como essas acções são efectuadas e à interacção dos diversos organismos (directa ou indirectamente ligados ao Património).

A Conservação Integrada deve passar por diversos processos e definição de conceitos<sup>1</sup> e acções, nomeadamente, o Património (na sua definição integrada), todo o processo de intervenção e a Educação Patrimonial.

---

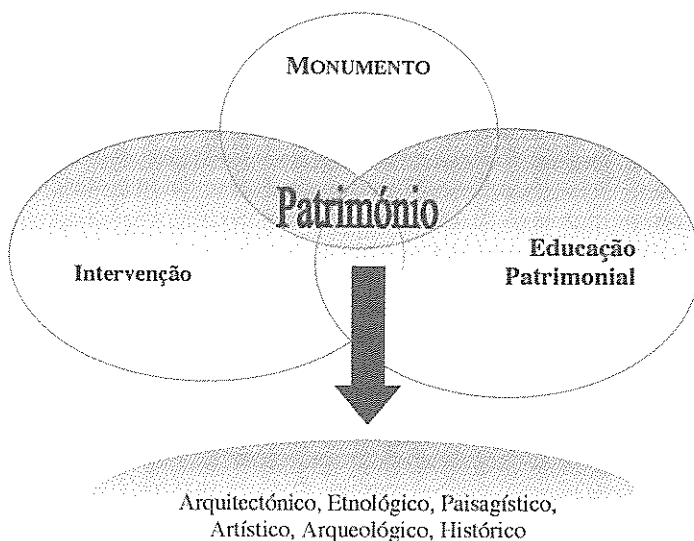
<sup>1</sup> No ano de 2000 surgiu a **Carta de Cracóvia** que, tendo ainda em conta os princípios e métodos da Carta de Veneza, propõe alguns novos princípios relativos à conservação de edifícios. Foram utilizadas as seguintes terminologias na referida *Carta: Património* – conjunto de obras do Homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a especificação do património é, portanto um processo relacionado com a selecção de valores; *Monumento* – é uma identidade identificada pelo seu valor e que forma um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes

O modelo proposto passa, assim, por estes três elementos fulcrais, que interagem entre si e se complementam. Uma falha protagonizada por qualquer um destes elementos pode comprometer o Património.

As três componentes têm que estar, obrigatoriamente bem definidas (quer a nível estrutural quer operacional). Só assim se efectuará com sucesso uma correcta “Política” de Conservação Integrada. Para isso, o conceito de Património e, consequentemente, de Monumento, deve estar definido.

O conceito de Património insere-se num âmbito indubitavelmente alargado e é constituído a nível específico por Monumentos.

Quadro 1 – Elementos que compõem o processo de Conservação Integrada.



que guardam uma relação com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, até a um determinado momento, acessíveis a nós; *Autenticidade* – a soma de características substanciais, historicamente determinadas: do original ao estado actual, resultados das várias transformações que ocorreram no tempo; *Identidade* – referência comum de valores do presente gerados na esfera de uma comunidade e dos valores do passado identificados com a autenticidade do monumento; *Conservação* – conjunto de atitudes de uma comunidade dirigidas no sentido de fazer com que o património e os seus monumentos perdurem. A conservação é levada a cabo com respeito pelo significado da identidade do monumento e dos valores que lhe são associados; *Restauro* – intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a sua autenticidade e a sua ocupação pela comunidade; *Projecto de restauro* – o projecto, resultado da selecção de políticas de conservação, é o processo através do qual a conservação do património edificado e da paisagem é levado a cabo.

O Monumento abrange diversas esferas de acção e é constituído, essencialmente, por duas componentes. Estas interagem entre si e vão agir como condicionantes específicas do próprio Monumento.

De acordo com o quadro apresentado (Quadro 1.1.), um Monumento (seja ele individual, conjunto ou sítio) apresenta componentes intrínsecas e componentes extrínsecas.

As **componentes intrínsecas** são as referentes às suas características internas, nomeadamente a sua vertente histórica (tendo em vista a sua especificidade), os seus materiais constituintes, as técnicas de construção, os elementos estruturais, artísticos, arqueológicos, geométricos e estéticos.

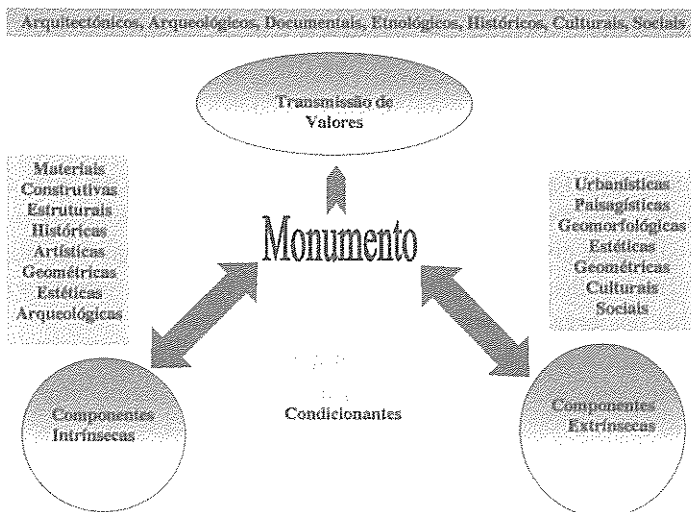
No que diz respeito à vertente histórica, o seu estudo é fulcral pois, cada elemento possui características muito específicas e, este estudo, servirá para se poder tomar decisões coerentes relativas, por exemplo, aos elementos que se devem sacrificar, ou não, em função de outros. De forma a procurar evitar, ao máximo, os erros do passado e destruir elementos de grande valor histórico. A opção devia passar, se possível, por uma intervenção minimalista. Seja qual for o tipo de intervenção, considera-se, porém, fundamental a elaboração de registos sistemáticos do existente.

Relativamente à análise dos materiais, torna-se de uma importância fundamental o conhecimento profundo destes pois, pode originar uma boa ou má intervenção. Apesar das novas tecnologias e materiais hoje existentes, deve-se ter em atenção as técnicas e materiais de outros tempos. O conhecimento destas duas vertentes é essencial para uma intervenção coerente. De qualquer forma, achamos que, sempre que seja possível, devem ser utilizadas as técnicas e materiais tradicionais (isto é, aquelas já utilizadas no elemento em questão), fundamentalmente por uma questão de compatibilidade com o existente. No que respeita à utilização de novos materiais, considera-se essencial a realização de análises de compatibilidade entre novos e velhos materiais e a adopção de critérios de reversibilidade.

As **componentes extrínsecas** são, ao contrário das anteriores, referentes às características externas ao monumento, nomeadamente a vertente geomorfológica (a caracterização do terreno em que se encontra), paisagística estética (urbano ou rural, consoante a sua localização), urbanística, geométrica, social e cultural.

Em conjunto com os anteriores factores citados, também o conhecimento do terreno onde se encontra edificado o elemento é relevante. Desta forma podemos conhecer a tipologia do terreno, se este se encontra em boas condições, ou se este foi utilizado para a construção do próprio edifício (tipo de pedra, terra).

Quadro 1.1. – Componentes e Condicionantes de um Monumento.



Relativamente aos elementos situados em meio urbano; deve ser efectuado o estudo da malha urbana, pois o elemento não está isolado, mas sim integrado numa malha que vai obrigatoriamente condicioná-lo a vários níveis. A sua construção em determinado local não foi aleatória, vários elementos contribuíram para esse facto, consoante a época, tipologia e recursos materiais e humanos. Torna-se, pois, importante conhecer essas componentes.

É à noção de conjunto e não de elemento isolado, que se deve dar atenção. Por isso, a vertente estética também deve ser tida em conta, assim como, a volumetria, o cromatismo, a disposição espacial ou a geometria do conjunto, que são elementos fundamentais, de forma a não tomar decisões que poderiam descaracterizar o individual e o conjunto a valorizar.

Falando em meio urbano ou não, deve ser sempre que focada a vertente arqueológica. Esta, quer queiramos, quer não, encontra-se quase sempre presente (quer no próprio edifício, estruturas, ou no subsolo).

Sendo uma área complexa e juntando ao facto de que muitas das intervenções arqueológicas urbanas são efectuadas apenas no decurso de renovação de infra-estruturas tais como redes de esgotos, gás, electricidade ou numa fase de renovação ou reabilitações de imóveis, a maioria das intervenções de arqueologia em contexto urbano decorre de intervenções de emergência, o que inviabiliza a prossecução de projectos de investigação consequentes sobre a história da maioria das nossas cidades ou de outros centros urbanos de menor dimensão.

Devido a este factor, devem ser efectuados, sempre que seja possível, vários estudos a estes elementos. Para além da sua análise em situação de emergência, que normalmente se efectua (obras em canalizações, parques de estacionamento, metro ou mesmo em casas habitacionais), deve também ser feito um estudo de consolidação, manutenção, valorização e, conseqüentemente, de integração desses mesmos elementos no meio onde se inserem (quer em edifícios, quer em meio urbano ou rural).

Em meio rural tem sido efectuado um enorme esforço com vista a valorizar estes elementos: por exemplo, o programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*. Todavia, a nível urbano a situação tem sido bem mais complicada, quer devido às características frágeis dos próprios elementos, quer devido aos próprios investimentos dos organismos e legislação nacional.

Sendo uma cidade é uma sucessão de cidades, torna-se, por isso mesmo, uma tarefa bastante complexa a abordagem da questão dos vestígios arqueológicos em meio urbano.

Quanto às componentes referidas (intrínsecas e extrínsecas), são de tal forma importantes que vão condicionar, primeiramente, a construção do próprio monumento e, de seguida, a sua funcionalidade.

O próprio Monumento, por si só, é um mecanismo de transmissão de valores (Arquitectónicos, Arqueológicos, Documentais, Etnológicos, Históricos, Culturais e Sociais). Mas essa fonte de conhecimento pode ficar afectada, caso não existam processos de efectuar a sua valorização. Aqui surge, o factor da Educação Patrimonial (talvez uma das soluções passe pela elaboração de programas nesta área em conjunto com uma boa estratégia de divulgação, domínio este que, infelizmente, tem sido, na prática, relegado para segundo plano nas preocupações dos responsáveis desta área).

De qualquer forma, a aposta vai no sentido de integrar as mais diversas áreas na obra magna do Património. Não só os especialistas e técnicos de áreas como Arquitectura, Arqueologia ou Geologia podem contribuir para tal, mas também a própria população. Para isso, há que elaborar estratégias de consciencialização para a protecção e valorização do Património.

Para isso, aponta-se para uma estratégia de complementaridade de trabalhos e acções entre os diversos organismos com responsabilidades na área do Património com os Estabelecimentos de Ensino Superior, as Associações de Defesa do Património, as Autarquias e as Escolas.

Regista-se com tristeza o processo que têm sofrido as Associações de Defesa do Património existentes no nosso país: depois de uma fase de “explosão”, a seguir ao 25 de Abril de 1974, que originou um período de grande actividade e intervenção neste domínio, temos vindo a assistir à “morte” ou à perda de operacionalidade de grande número destas associações. Uma tarefa da sociedade civil para tempos futuros será, sem dúvida, a revitalização de tão importante movimento.

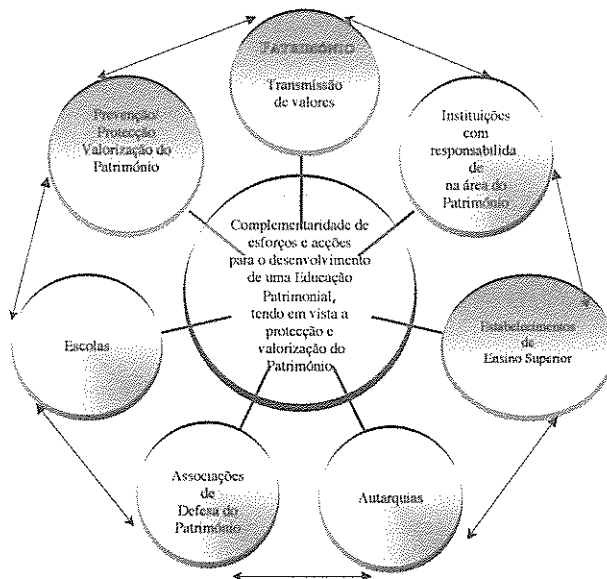
Apenas um trabalho conjunto entre estes elementos, pode originar o desenvolvimento de uma Educação Patrimonial e, conseqüentemente, uma consciência de protecção e valorização do Património. Só a partir dessa consciência se pode desencadear uma correcta política de Conservação Integrada com sucesso.

Apenas com a transmissão de valores inatos ao próprio monumento e a parceria dos diversos actores deste processo, se pode efectuar a prevenção, protecção e valorização do Património. Seria então criada uma situação de cooperação, fruição e participação colectiva, onde todos os elementos estariam a disponibilizar e receber informação e acções.

Até porque a actual Lei de Bases do Património descreve componentes do regime geral de valorização dos bens culturais, que são de fulcral importância, nomeadamente

“(…) a conservação preventiva e programada; a pesquisa e a investigação; a protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutelas dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; o acesso e a fruição; a formação; a divulgação, sensibilização e animação; o crescimento e o enriquecimento; o apoio à criação cultural; a utilização, o aproveitamento a rendibilização e a gestão e, para finalizar, o apoio a instituições técnicas e científicas. (...)” [Decreto – Lei nº 107/2001, Artigo 70º]

**Quadro 1.2. – Processo de Parcerias para o desenvolvimento de uma Educação Patrimonial.**



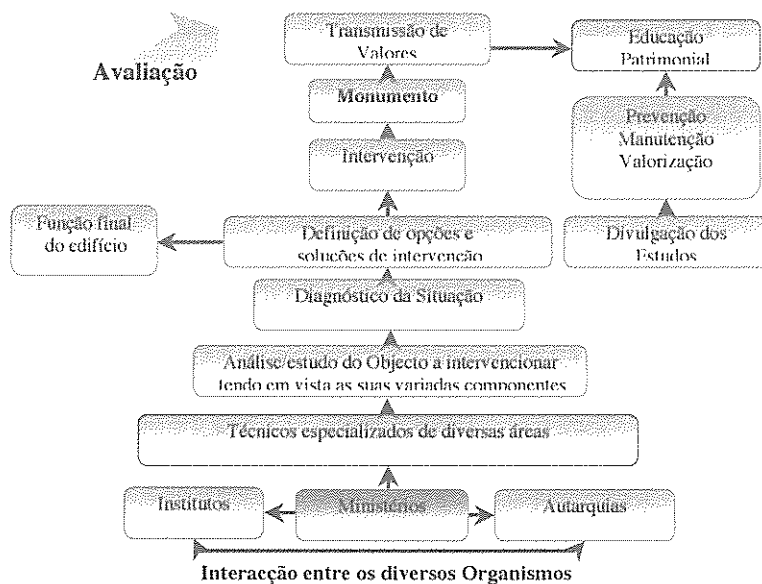
Somente depois destas diversas componentes estarem organizadas, definidas e implementadas, se poderá avançar para um processo de intervenção coerente.

Primeiramente, e, mais uma vez, devem existir mecanismos de interacção e esforços entre os diversos organismos e instituições ligados ao Património.

Sabendo que, a nível legal, esse aspecto é salientado, temos consciência de que, no terreno, a complementaridade de esforços dá origem à competitividade entre organismos, entidades e instituições.

Consequência desta situação, é o “braço de ferro” protagonizado pelos vários organismos com responsabilidades nesta área, com as desvantagens daí resultantes.

Quadro 1.3. – Processo de Intervenção no âmbito da Conservação Integrada

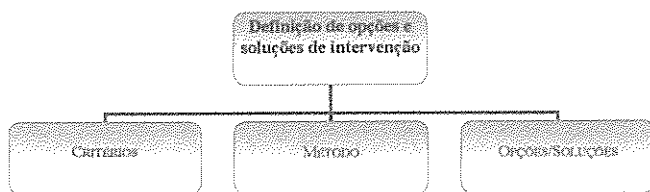


Voltando ao processo de intervenção proposto, só após a interacção organizada entre os diversos organismos, deve ser desencadeado todo um estudo aprofundado sobre o objecto em questão, através de uma equipa com vários técnicos especializados, de diversas áreas do conhecimento (tantas como as componentes inerentes ao monumento).

Essa análise exaustiva do monumento terá como objectivo o seu diagnóstico. Apenas depois de este ser efectuado, se poderá efectuar a definição de opções e soluções de intervenção a efectuar.



Quadro 1.4. – Definições de opções e soluções de intervenção



A definição de opções de intervenção deve passar por três componentes essenciais: Critérios, Método, Opções/Soluções.

Critérios – princípios sobre os quais assenta uma “correcta” intervenção. Este campo reflecte a investigação efectuada ao caso de estudo (componentes e condicionantes de um monumento).

Método – engloba um conjunto de procedimentos que se deve ter em conta numa intervenção: registos, análise, diagnóstico, conservação.

Opções/ Soluções – Definição de soluções tendo em conta todos os factores técnicos e etapas anteriores no processo. Estas opções estão inteiramente ligadas aos princípios éticos de cada equipa de trabalho.

Esta célula do processo deverá, agora, definir a função final do edifício. Este factor torna-se de fulcral importância, pois é a sua funcionalidade que poderá definir o seu sucesso (o facto do monumento depois de intervencionado ficar ao abandono pode originar a sua degradação, pelo simples facto da falta de manutenção; também a funcionalidade que se quer dar ao monumento pode não ser a mais apropriada para o mesmo, gerando incompatibilidades a vários níveis).

A par da definição de opções de intervenção, deve-se efectuar a publicação dos estudos efectuados, tendo como objectivo a transmissão de dados e, consequentemente, a interacção da população com as opções tomadas, que pode ser uma mais-valia para a continuação do processo. Inclusive a divulgação do Património junto do grande público e a formação patrimonial são, certamente, as duas vertentes menos conseguidas da política patrimonial do Estado, embora consagradas na Lei.

Tendo sido a intervenção efectuada, volta-se à questão da funcionalidade e do próprio valor que o monumento possui e transmite.

Estes dois factores aliados à Educação Patrimonial podem ser a chave para o sucesso do processo, pois a sua interacção pode ser de tal forma dinâmica que implique a própria prevenção, manutenção e valorização do monumento.

Para finalizar o processo, deve ser efectuada a avaliação da intervenção. Esta permite saber se o produto final vai ao encontro das perspectivas iniciais do processo, ou se, pelo contrário, esses objectivos não foram atingidos (e devido a que factores).

Só desta forma se poderá arranjar soluções, caso sejam necessárias, para ultrapassar os aspectos negativos.

A presente cogitação sobre o processo da conservação integrada foi balizada na análise de alguns casos de intervenção de vestígios arqueológicos em contexto urbano, concretizados no nosso país. É sabido que a descoberta de vestígios arqueológicos em contexto urbano (e não só) é muito polémica. Quando a descoberta é feita pela população, por exemplo, aquando da feitura de obras em casa, muitas das vezes o caso não é referido na Câmara Municipal ou instâncias encarregues do Património. O cidadão acaba inadvertidamente ou de forma propositada por destruir os vestígios.

Estas acções têm como principais factores, primeiro o facto de não existir uma divulgação do conceito de defesa patrimonial e segundo, mais grave, por o cidadão achar que as diligências tomadas pelas entidades responsáveis são demasiado morosas e prejudicam o andamento das suas obras, quando não implicam para ele penalizações a nível financeiro (custeamento de uma intervenção arqueológica de salvamento, por exemplo).

Por outro lado, aquando de descobertas de âmbito público (normalmente efectuadas a partir de situações ditas de emergência) a situação também não é pacífica, os interesses implicados prevalecem muitas vezes e a vertente patrimonial acaba normalmente por ser destruída. Em muitos dos casos, os especialistas nem sequer possuem o tempo e os meios necessários para efectuarem o registo dos vestígios encontrados. Estas situações, infelizmente, acontecem por todo o nosso Portugal, embora, sobretudo desde a criação do IPA, o panorama tenha vindo a conhecer melhorias significativas.

No entanto, ainda existem casos (poucos) em que é decidida a integração e conservação, divulgação ou musealização de vestígios arqueológicos (em contexto urbano).

Foram detectados vários problemas nesta área de intervenção que não podem ser omitidos, até porque, de certa forma, reflectem a situação actual do Património em Portugal (sendo estes apenas alguns dos problemas assinalados):

- A legislação encontra-se deficitária no que diz respeito à prevenção destes casos (e, mesmo quando existe, não foi posta em prática);
- Existe falta de mecanismos de divulgação/consciencialização para a preservação do Património, tanto em relação à comunidade quanto relativamente a funcionários públicos e privados com atribuições que envolvem interferências no subsolo urbano;
- Persistem lacunas no diálogo entre os diferentes agentes da área do Património (organismos, autarquias, universidades, população);

- Não existe a participação activa da população na decisão sobre as medidas tomadas;
- Normalmente, as escavações efectuadas são de carácter de emergência;
- Existe, quase sempre, a inevitável destruição de vestígios;
- Os trabalhos decorrem normalmente em simultâneo com obras de construção civil, com as pressões daí decorrentes;
- O facto destes casos de situarem em contexto urbano dificulta, em larga escala, a intervenção;
- As intervenções (quer de escavações ou de prevenção) efectuadas são muito morosas;
- Em algumas situações, há lugar à destruição de vestígios arqueológicos em virtude da supremacia de elementos de outra tipologia, ou mais grave, da construção de edifícios com várias utilidades (ex. parques de estacionamento);
- A aplicação cega do princípio, consagrado na Lei, do “poluidor-pagador”, estimula a ocultação de vestígios, nomeadamente por parte de particulares, com receio dos custos financeiros que uma escavação arqueológica pode acarretar.
- Os vestígios são, por vezes, sujeitos a acções de vandalismo e de abandono;
- Não existe a avaliação das medidas tomadas;
- Existe falta de manutenção dos locais visados (e as efectuadas são-no, muitas vezes, a título experimental e/ou quando as estruturas apresentam patologias).

Ainda relativamente ao estudo efectuado, foi também detectada a falta da vertente: Avaliação. Sendo esta fundamental, deve ser posta em prática com questões pertinentes (de acordo com o caso de estudo) entre as quais as seguintes:

- Os objectivos iniciais do projecto mantêm-se?
- A função pretendida inicialmente mantêm-se?
- As medidas de intervenção implementadas resultaram?
- Existe uma manutenção periódica e adequada?

Foi dito anteriormente que a integração de vestígios arqueológicos em contexto urbano é uma tarefa complicada (e não deixa de o ser) no entanto não é, como pudemos observar e analisar, uma tarefa impossível.

No entanto, que existem ainda várias etapas no processo de Conservação Integrada que devem ser trabalhadas, discutidas e melhoradas, são elas:

- Definição de conceitos ao nível de monumento (conservação integrada);
- Interação entre os diversos organismos e entidades;
- Conjugação de esforços entre equipas pluridisciplinares;
- Avaliação;
- Manutenção periódica;
- Mecanismos de Divulgação;
- Política de Educação Patrimonial.

Considera-se que o modelo apresentado, de Conservação Integrada, aliado às conclusões retiradas destes casos, pode ser uma pequena contribuição para casos futuros.

A política de Conservação Integrada deve ser posta em prática, assim como as novas filosofias preconizadas pelas diferentes instituições e entidades competentes.

A evolução não pode, no entanto, pôr em causa valores importantes que são pertença de toda a população e da humanidade em geral. A tradição não pode ser esquecida e, o nosso Património Cultural é, muitas vezes, o único meio disponível para o conhecimento de parte da nossa História.

Com a abertura à diversidade de áreas no âmbito da Salvaguarda, Preservação e Conservação do Património, é necessário e importante o diálogo entre estas, assim como, a procura do consenso global na teoria e na prática. Em conjunto, talvez seja possível efectuar uma melhor abordagem e conceber uma metodologia e uma política global de intervenção na preservação do Património, tentando assim evitar os erros cometidos no passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J. (2000). *A Escrita do Tempo e a sua Verdade*, Coimbra: Quarteto Editora.
- BELCHIOR, L. (2003). *Integração de Vestígios Arqueológicos no Centro Histórico de Beja: Contributo para a sua Conservação Integrada*, Dissertação de Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Évora.
- LOPES, F. & CORREIA, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa: Livros Horizonte.